

Texto para Discussão Nº 75 - Abril 2013

Discussion Paper No. 75 - April 2013

**CONSUMO E CRITÉRIOS DE
CLASSIFICAÇÃO SOCIOECONÔMICA: UM
ESTUDO APLICADO À PESQUISA DE
ORÇAMENTOS FAMILIARES**

Guilherme França dos Santos Paiva (ENCE)

Denise Britz do Nascimento Silva (ENCE)

Carmem Aparecida Feijó (CEDE/UFF)

CONSUMO E CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO SOCIOECONÔMICA: UM ESTUDO APLICADO À PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES¹

*Paiva, Guilherme França dos Santos
Silva, Denise Britz do Nascimento
Feijó, Carmem Aparecida*

TRABALHO EM ELABORAÇÃO

Resumo

O presente estudo tem o propósito de analisar dois critérios de estratificação socioeconômica, o Critério Brasil e o do Centro de Políticas Sociais (FGV²), e operacionalizá-los através da Pesquisa de Orçamentos Familiares (IBGE) dos anos de 2002/2003 e 2008/2009. Perfis familiares de cada estrato e de critério são examinados no que diz respeito a variáveis demográficas e socioeconômicas. Dentre os resultados, o estudo revela que o esquema de estratificação do Critério Brasil em comparação ao critério de estratificação do Centro de Políticas Sociais apresenta resultados distintos no que diz respeito às variáveis de distribuição percentual dos estratos, número médio de pessoas na unidade de consumo, participação dos tipos de arranjos familiares por estrato, renda total mensal média real por estrato, renda mensal per capita média real por estrato e escolaridade do chefe de família. Nas variáveis participação do tipo de despesas em relação ao total, despesas médias, participação do tipo de rendimento em relação ao total e rendimentos médios, as configurações são semelhantes entre os critérios. Os resultados demonstram a importância da compreensão das diferenças metodológicas dos processos de estratificação e sua implicação na definição da classificação socioeconômica das famílias. Os métodos discutidos levam a formação de grupos, hoje igualmente denominados de classe média, que apresentam características diversas no que diz respeito a questões de renda e escolaridade. O artigo propõe também sugestões para estudos futuros.

Abstract

The present study aims at analyzing the so-called “Critério Brasil” and the one produced by Center for Social Policies (CPS/FGV), which in turn are implemented based on data from the Brazilian Expenditure Survey (IBGE) for the years 2002/2003 and 2008/2009. Family profiles of each stratum and criterion are analyzed with regard to demographic, socioeconomic and debt characteristics. The study reveals that the stratification criteria differ with respect to variables related percentage distribution of the strata, average number of persons per consumer unit, family arrangements, average income per capita, income per stratum, education of head of household, loans and debt. On the other hand, the criteria seem to provide similar settings for those characteristics related to conditions such as expenditure and income. In addition, the study shows that with respect to life conditions, comparison of the expenditure in relation to the total average expenditure and proportion of income in relation to total and average incomes have similar profiles for both criteria. The results highlight how different criteria define the middle class stratum. Depending on the criteria, the middle class is composed of families with diverse education and income profiles, indicating that a full understanding of the stratification criteria is essential to inform the debate. Managerial implications and suggestions for future studies are also stated.

¹ Artigo advindo de dissertação de mestrado defendida na Escola Nacional de Ciências Estatísticas no ano de 2012. Para maiores informações, consulte PAIVA (2012).

² Fundação Getúlio Vargas - <http://cps.fgv.br/>

1.Introdução

Nas duas últimas décadas, o impulso dado pela estabilização econômica, o conjunto de medidas voltadas para o acesso ao crédito, a aproximação do empréstimo pessoal ao das pessoas jurídicas, a expansão também do crédito na modalidade de cartão, o acesso a fontes de financiamento e cheque especial, além de uma política de recomposição do poder de compra do salário mínimo, dentre outros (LACERDA, 2009) constituíram um conjunto de fenômenos nunca antes presenciado no país, capaz de modificar os níveis de consumo e de bem estar das famílias. Tal fenômeno tem sido associado ao crescimento da classe média no país (Neri, 2010, dentre outros), pelo expressivo acesso de contingente da população ao mercado consumidor. A nova classe média brasileira, foco de debate na mídia e de estudos acadêmicos, seria então formada por pessoas mais jovens, com um nível de escolaridade maior e conseqüentemente mais exigente em relação ao que consumir. Mesmo sendo observado, objetivamente, que o consumo per capita tem aumentado, muitos autores refutam a idéia de que exista uma 'nova classe média' no país. Pochmann, por exemplo, com ênfase na evolução da renda do trabalho, argumenta que o aumento do padrão de consumo não indica mobilidade social. Para ele, o fenômeno do aumento do consumo per capita indica um fenômeno mais mercadológico do que uma transformação da natureza e da dinâmica socioeconômicas no país (Pochmann, 2012). Além disto, Scalón e Salata (2012) argumentam, com base em uma abordagem sociológica de estudos de classe, que as mudanças ocorridas na estrutura de classes no país em anos recentes não teriam sido significativas para se defender a idéia de surgimento de uma nova classe social, ou mesmo que a classe média tradicional tenha crescido.³

No centro desta discussão sobre a evolução do consumo das famílias nas últimas décadas⁴ está a questão sobre critérios de estratificação de classes socioeconômicas. Neste sentido, cresceu nos meios de comunicação a discussão sobre os níveis de padrão de vida das famílias brasileiras, sendo a referência a diferentes critérios de estratificação feita de forma pouco criteriosa, ou seja, como se os referidos estratos (ou classes) fossem construídos de forma equivalente independentemente do critério aplicado. No meio acadêmico, por sua vez, os critérios de estratificação são apresentados claramente e suas metodologias estão dispostas de forma bastante didática. Todavia, observa-se que poucos estudos se propõem a analisar o quanto, e de que forma, se diferem os estratos socioeconômicos gerados a partir de diferentes critérios de estratificação, inclusive no que diz respeito às características de perfil dos indivíduos e famílias que compõem os

³ Os autores trabalham empiricamente com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios nos anos 2002 e 2009.

⁴ Segundo as Contas Nacionais, de 1995 a 2011, o Consumo das Famílias cresceu 3,3%aa e o PIB 3,1%aa. Considerando o período mais recente, de 2004 a 2011, estas taxas foram, respectivamente, de 5,1%aa e 4,2%aa.

diversos estratos definidos por diferentes critérios. A constatação desta ausência e correspondente lacuna de conhecimento é a motivação deste artigo.

Desta forma, este artigo objetiva apresentar e discutir com base nos dados das duas últimas edições da Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE, anos 2002/2003 e 2008/2009, os perfis referentes aos estratos gerados a partir dos critérios de estratificação do Critério Brasil (ABEP⁵) e do Centro de Políticas Sociais (FGV). Para realização deste estudo foram aplicados os critérios de classificação de interesse na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de modo a comparar os estratos gerados com análises intra e entre critérios, permitindo e identificar semelhanças e diferenças no perfil dos estratos através de variáveis de rendimento, de despesas e sociodemográficas das famílias.

O artigo está dividido em cinco partes, além desta breve introdução. Na seção 2 são descritos os métodos de estratificação socioeconômica utilizados pelo Critério Brasil e pelo critério de estratificação do Centro de Políticas Sociais. Na seção 3 é apresentada a metodologia de comparação dos dois critérios com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares. A seção 4 explora as análises individual, conjunta e temporal dos critérios de estratificação da ABEP e da FGV. Nesta seção são comentados os resultados relativos às semelhanças e diferenças entre estratos e entre critérios no que diz respeito aos perfis de rendimento, despesa e endividamento, bem como às características demográficas e grau de escolaridade do chefe do domicílio. Ao final, são apresentadas as principais conclusões do estudo, destacando-se que do ponto de vista do rendimento, em ambos os critérios, observou-se que parte do aumento no consumo foi devido à redução da poupança e, portanto, possivelmente associado a um aumento no endividamento das famílias em todos os estratos.

2. Critérios de Estratificação

França (2010) aponta que não há consenso no que diz respeito à adoção de uma técnica de estratificação. Esta decisão nos trabalhos técnicos e acadêmicos se baseia no propósito do estudo que se deseja conduzir. Desta forma, trabalhos que tratam de desigualdade social, de estudos socioeconômicos e de segmentação de mercado, por exemplo, por servirem a objetivos distintos apresentam formas diversas de elaboração e fazem uso de diferentes critérios de estratificação.

As técnicas de estratificação podem ser divididas em subjetivas e objetivas. Técnicas subjetivas classificadas como de autodefinição consideram as opiniões dos próprios indivíduos a

⁵ Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa.

respeito de que posição ou estrato eles consideram pertencer dentro da sociedade. Técnicas subjetivas de classificação de reputação consultam especialistas da área ou formadores de opinião no que diz respeito aos seus pareceres frente a pessoas e grupos de seu círculo social, observando características como ocupação e atividades, dentre outras. Já as técnicas objetivas são aquelas associadas a critérios socioeconômicos advindos de informações coletadas sobre indivíduos e famílias por meio de pesquisas quantitativas por amostragem. Estes critérios são definidos de acordo com informações sobre renda, educação, ocupação, bens disponíveis num domicílio, dentre outras (SOUZA e LAMOUNIER, 2010). Ambos os critérios que serão tema deste artigo se baseiam em técnicas objetivas de estratificação.

2.1. O Critério Brasil (ABEP)

De acordo com a ABEP(2007), o Critério Brasil de classificação econômica tem como função estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, sem a pretensão de classificar a população em termos de classes sociais. Este critério tem como objetivos: a) criar um sistema de pontuação padronizado que seja um eficiente estimador da capacidade de consumo das pessoas e famílias, b) discriminar grandes grupos de acordo com sua capacidade de consumo de produtos e serviços acessíveis a uma parte significativa da população. Tal sistema de pontos assume o pressuposto de que a classificação estabelecida é uma característica familiar, fazendo uso de informações objetivas.

Dentre as principais informações objetivas utilizadas no critério, estão a posse e quantidade de bens duráveis no domicílio, a quantidade de banheiros, a existência de empregada mensalista no domicílio e o grau de instrução do chefe de família. Cada item apresenta uma pontuação, que é somada e relacionada a um corte de classificação econômica (Quadro 1).

Quadro 1

Escala de pontos do Critério Brasil

Posse de itens no domicílio	Não tem	Tem (quantidade)			
		1	2	3	4
Televisores em cores	0	1	2	3	4
Videocassete/dvd	0	2	2	2	2
Rádios	0	1	2	3	4
Banheiros	0	4	5	6	7
Automóveis	0	4	7	9	9
Empregadas mensalistas	0	3	4	4	4
Máquinas de lavar	0	2	2	2	2
Geladeira	0	4	4	4	4
Freezer*	0	2	2	2	2
Escolaridade do chefe de família					
Até 4º ano do Ensino Fundamental		0			
5º ano do Ensino Fundamental		1			
Ensino Fundamental completo		2			
Ensino Médio completo		4			
Ensino Superior completo		8			

Fonte: Adaptado de ABEP, 2007

Com tais informações, classifica-se a família em um dos seguintes intervalos de pontuação: de 0 a 7 pontos, classe E; de 8 a 13 pontos, classe D; de 14 a 17 pontos, C2; de 18 a 22 pontos, classe C1; de 23 a 28 pontos, classe B2; de 29 a 33 pontos, classe B1; de 35 a 41 pontos, classe A2; por fim, de 42 a 46 pontos, classe A1 (ABEP, 2007).

Surgido na década de 1970, o Critério Brasil sofreu uma série de revisões, passando em 1997 a ser respaldado por estudos do Levantamento Socioeconômico, do IBOPE⁶. Em 2002, sofre nova revisão, estipulando-se sua atualização constante em um espaço de 2 ou 3 anos, sendo realizadas em 2005 e 2008 (ABEP, 2007).

No que se refere às principais limitações do Critério Brasil pode-se comentar os estudos de Mattar (1994), os quais apontam que não há consenso da delimitação de variáveis em um critério de classificação socioeconômica que discriminem o consumidor em seus vários estereótipos encontrados no ambiente de mercado. Adicionalmente, o autor observa que os indicadores possuem variáveis que são instáveis ao longo do tempo e pouco discriminadoras de estratos populacionais (Mattar, 1996). Para Januzzi e Baeninger (1996), a forte associação da escala com a renda e a escolaridade do chefe de família, o forte efeito do tamanho da família na forma de construção da escala (segundo quantidade e posse de bens), e a afirmação de que a massificação dos bens

⁶ Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística, empresa de pesquisas de opinião e estudos de mercado

duráveis usados na construção produz com o tempo a perda discriminatória entre as classes são os principais pontos críticos do Critério Brasil..

2.2 O Critério de Classificação do Centro de Políticas Sociais (FGV)

Este critério de classificação socioeconômica possui uma abordagem similar à usada na análise do fenômeno da pobreza absoluta, com a preocupação adicional de determinar intervalos para os distintos estratos de forma a classificar toda a população, desde a elite até à população que se encontra em estado de miséria.

De acordo com o Centro, para se avaliar as condições econômicas e sociais de uma dada população, deve-se considerar o processo de divisão dos recursos dentro dos domicílios. A título de exemplo, a renda de um trabalhador adulto é capaz de trazer benefícios a outros membros do arranjo familiar, como crianças. Com isso, para efeitos de avaliar o nível de pobreza, o conceito de melhor aplicabilidade é o de renda domiciliar per capita, no qual se contabiliza a soma da renda dos moradores do domicílio dividida pelo número total de moradores. Entretanto, quando se objetiva quantificar o tamanho dos estratos socioeconômicos toma-se como adequado o conceito de renda domiciliar total (NERI e MELO, 2008).

O primeiro passo para construção deste critério consiste em estimar a quantidade em reais da renda domiciliar per capita para que uma pessoa tenha condições de sair do estado de miséria. A linha de miséria é tradicionalmente utilizada no Centro de Políticas Sociais da FGV. O valor da linha de miséria utilizado neste artigo (para a Grande São Paulo) está em torno de 135 reais ao mês por pessoa (NERI e MELO, 2008). Estabelecida a linha de miséria, calcula-se a renda per capita dos domicílios. Os domicílios que apresentam renda per capita até o valor da linha de miséria estabelecida são classificados como pertencentes à classe E.

Para a construção das demais classes, a metodologia proposta utiliza dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. A classificação se baseia inicialmente na renda do trabalho. Escolhe-se o período de análise e definem-se pontos focais da distribuição da renda domiciliar per capita do trabalho. Para se delimitar a classe D, estabelece-se como ponto focal a mediana desta distribuição. A Classe D, portanto, é formada pelos domicílios que possuem renda domiciliar per capita entre a linha de miséria e a renda correspondente ao ponto da mediana. A classe C é definida pelos domicílios que apresentam renda domiciliar per capita do trabalho entre a mediana desta distribuição e o nono decil. Por fim, a classe AB refere-se ao último decil da distribuição. Um refinamento do critério implica em considerar também outras rendas, como de transferências, de juros e etc., obtidas em diferentes fontes de informações estatísticas. Para completar os cálculos relativos a este critério ,

converte-se a renda domiciliar per capita do trabalho em total e a seguir em renda domiciliar total de todas as fontes, com o intuito de transformar a escala calculada para parâmetros já consagrados por diversos institutos na análise da situação socioeconômica das famílias.

Vale a pena mencionar que a Pesquisa Mensal de Emprego é adotada pelo CPS para diminuir a defasagem dos dados no momento de realização dos estudos, que passa de 18 meses em média, quando se utiliza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), para 3 meses no caso de informações provenientes da Pesquisa Mensal de Emprego (NERI e MELO, 2008).

3. A Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE

A aplicação dos dois critérios de classificação descritos na seção 2 teve como base a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). A POF, inspirada no Estudo Nacional de Despesa Familiar, realizado pelo IBGE no período de 1974-1975, é uma pesquisa por amostragem probabilística que abrange as áreas urbanas e rurais de todo o território brasileiro e que visa mensurar as estruturas de consumo das famílias, possibilitando traçar um perfil das condições de vida da população a partir de seus orçamentos domésticos. Optou-se pelo uso dos dados da POF pois esta pesquisa permite captar com maior profundidade a realidade orçamentária das famílias brasileiras. O questionário de despesas e rendimentos na forma de inventário permite o registro detalhado destas variáveis, assim como a identificação da posse de bens necessários à classificação pelo Critério Brasil. Vale observar que encontra-se na literatura um maior número de estudos sobre padrões de consumo que fazem uso da PNAD (QUADROS, 2008; IPEA, 2008), pesquisa de maior periodicidade que abrange capitais e regiões metropolitanas do país, sendo o uso da POF uma contribuição inovadora do presente artigo.

A população-alvo da pesquisa é constituída por domicílios particulares permanentes ocupados e seus moradores. A POF fornece informações para as seguintes unidades de investigação: domicílio; família; pessoas que constituem a família e, também, os produtos consumidos. Seu período de coleta é de 12 meses, cobrindo todas as alterações no orçamento familiar no decorrer do ano, ou seja, variações tanto de renda como de despesas. O critério de seleção da amostra adotado na pesquisa toma como base um plano amostral conglomerado em dois estágios, com estratificação geográfica e estatística das unidades do primeiro estágio. Os setores censitários correspondem às unidades do primeiro estágio de seleção, enquanto que os domicílios particulares permanentes se referem às unidades do segundo estágio de seleção⁷.

⁷ http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009_analise_consumo/notatecnica.pdf

3.1 Metodologia

A metodologia do presente trabalho consiste em aplicar nas unidades de consumo da POF (anos 2002-2003 e 2008-2009) os critérios de classificação praticados pela ABEP - o Critério Brasil - e o critério de classificação da FGV – do Centro de Políticas Sociais. No Critério Brasil, para as duas edições da pesquisa, é utilizada a tabela de pontos de classificação do ano de 2007.

A análise dos dois distintos critérios de classificação socioeconômicas em dois períodos distintos visa: a) revelar como é a configuração dos estratos gerados por cada critério; b) avaliar a evolução dos estratos formados pelos dois critérios entre os dois períodos e c) comparar a configuração dos estratos considerados altos, médios e baixos entre os dois critérios de classificação socioeconômica. Com esta última análise buscou-se identificar se existe similaridade ou não nos padrões de consumo que emergem nos estrato socioeconômico gerados pelos diferentes métodos.

Os cálculos estatísticos apresentados neste artigo foram elaborados utilizando-se procedimentos de estimação levam em conta os pesos amostrais e o processo de seleção da amostra da POF. O escopo da análise considerou toda a área de abrangência da pesquisa, que é de âmbito nacional.

As variáveis utilizadas estão dispostas no Quadro 2⁸. No que diz respeito à unidade de análise do estudo, ela corresponde à **unidade de consumo** nas variáveis dos grupos de despesas, na variável tipos de rendimentos, tamanho familiar médio e tipos de arranjos familiares. No que se refere à variável escolaridade, a unidade de análise está associada ao **indivíduo de referência da unidade de consumo**, considerado neste estudo como proxy da pessoa de referência da família. As variáveis de despesas e de rendimento da edição da POF dos anos 2002/2003 tiveram seus valores inflacionados para permitir a comparação com os valores da edição 2008/2009 da pesquisa.⁹

⁸ Tais variáveis estão organizadas no questionário de pesquisa em grupos de contas, situados em diversos cadernos de despesas individuais e despesas coletivas.

⁹ A partir de julho de 2003, mês de término da primeira edição da pesquisa, inflacionam-se os valores até maio de 2009, mês de término da edição de 2008/2009 da POF, utilizando-se o IGP-DI, da FGV

Quadro 2

Variáveis de rendimento	
<i>Renda total mensal média real</i> ; Renda per capita mensal média real; Rendimentos recebidos e deduções; Participação dos rendimentos recebidos e deduções em relação ao total de rendimentos recebidos; Outros rendimentos recebidos e deduções; Participação de outros rendimentos, receitas e deduções em relação ao total de rendimentos recebidos; Movimentação de ativo financeiro; Participação da movimentação de ativo financeiro em relação ao total de rendimentos recebidos;	
Variáveis sociodemográficas	Variáveis de despesa
Tamanho familiar médio; Participação de tipos de arranjos familiares dentro de cada estrato; Distribuição percentual da escolaridade do chefe das unidades de consumo por estratos;	Participação e estimativas de despesas de: Habitação e reforma; Itens de conforto; Serviços e manutenção doméstica; Transportes; Fumo; Saúde; Educação, cultura e lazer; Vestuário e acessórios; Serviços Financeiros; Veículos e gastos adicionais; Alimentação; Maquiagem, higiene e serviços

Para dar conta dos objetivos propostos neste artigo, algumas escolhas foram necessárias no que se refere à abrangência da investigação. Cabe ressaltar que a análise do perfil de consumo dos estratos socioeconômicos através de indicadores quantitativos, por exemplo medidas de despesas médias por diversos grupos de contas, , não capta de forma qualitativa as semelhanças e diferenças de unidades de consumo no que diz respeito ao tipo de gasto em cada grupo de despesas. Isto significa que uma unidade de consumo de um estrato, mesmo gastando quantidade similar de reais em um dado grupo de despesa que uma unidade de consumo de outro estrato, pode apresentar um repertório de itens completamente distinto.

Neste estudo, a principal medida empregada para quantificar as variáveis de interesse é a média. Sabe-se que tal medida de tendência central sofre influência dos valores extremos. Mesmo assim, optou-se por utilizá-la para comparar o valor de cada variável obtida entre estratos e entre critérios.

Ressalta-se, também, que foge ao escopo deste texto uma análise longitudinal, no estilo de painel, uma vez que não é possível acompanhar as mesmas famílias na amostra da POF nos anos de 2002/2003 e 2008/2009. O artigo fornece uma fotografia da configuração dos estratos o que permite compará-los entre os dois períodos. É possível observar o aumento ou diminuição do tamanho dos estratos, o compostamento médio de suas variáveis, mas não é possível verificar qual unidade de consumo ascendeu ou caiu na escala de estratificação socioeconômica¹⁰.

4. Análise dos dados

¹⁰ Neste sentido, é importante ressaltar que existem poucos estudos capazes de acompanhar efetivamente a mobilidade social das famílias. Com exceção da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, que possui amostras repetidas com painéis rotativos de domicílio por um período de até dois anos, são raros os instrumentos de pesquisa disponíveis atualmente no país capazes de realizar um acompanhamento longitudinal de domicílios a longo prazo.

A escolha das quantidades de interesse para realizar a comparação entre os critérios de estratificação levou em conta as principais variáveis utilizadas no procedimentos de classificação de cada critério. Assim, discutimos inicialmente as variáveis ligadas ao rendimento e composição da despesa. Em seguida analisa-se um conjunto de variáveis que caracterizam a família e por fim o grau de escolaridade do chefe da família.

4.1 Distribuição percentual dos estratos

Os resultados da Tabela 1 indicam que em 2002/2003, no caso da estratificação pelo método do Critério Brasil, o estrato D apresentava o maior percentual, respondendo por 40% do total das unidades de consumo, seguido pelo estrato C. Em 2008/2009, o estrato que lidera com maior percentual de unidades de consumo é o C, representando 43%; em segundo lugar encontra-se o estrato D, correspondendo 34% das unidades de consumo. O predomínio do estrato C está em consonância com a melhoria na distribuição de renda ocorrida na primeira década dos anos 2000, evento apontado por inúmeros estudos (SABOIA, 2007; HAAG, 2012; HAILU & SOARES, 2009).

Tabela 1

Distribuição percentual de unidades de consumo por estratos do Critério Brasil e do Centro de Políticas Sociais a partir da POF, anos 2002/2003 e 2008/2009.

Critério Brasil			Centro de Políticas Sociais		
Estratos	2002/2003	2008/2009	Estratos	2002/2003	2008/2009
A	1,61%	1,18%	AB	10%	10%
B	12,07%	14,71%	C	40,00%	40,00%
C	32,38%	42,73%	D	32,56%	42,92%
D	40,34%	34,35%	E	17,45%	7,08%
E	13,59%	7,03%			

Fonte: Microdados da POF, anos 2002/2003 e 2008/2009

Evolutivamente, o estrato que apresentou maior crescimento percentual foi o C, com aproximadamente 10%, seguido pelo estrato B. Os estratos D e E registraram queda de aproximadamente 6%. Os dados parecem sugerir que famílias posicionadas no estrato E ascenderam para o estrato D, estas para o estrato C, e algumas destas para o estrato B.

Pelo Critério do Centro de Políticas Sociais, os estratos AB e C são definidos através de medidas de posição da distribuição de renda (decis) e, portanto, mantiveram constante sua

participação na distribuição percentual das unidades de consumo ao longo do tempo. Sendo assim, o foco é avaliação da evolução dos estratos D e E.

Em 2002/2003, o estrato D respondeu por 32% das unidades de consumo, contra 17% de unidades de consumo no estrato E. Em 2008/2009 o estrato D representava 43%, e o estrato E 7%. Isto sugere que cerca de 10% das unidades de consumo saíram da classe E definida pela linha de miséria, isto é, ultrapassaram a renda per capita mínima para sobrevivência. Neste critério, a classe modal da distribuição das unidades de consumo é o estrato D, ao contrário do estrato C apontado no outro critério.

Comparando os critérios, percebe-se que o estrato C, comumente chamado de classe média, é maior (congrega mais unidades de consumo) no Critério Brasil do que o estrato C do Centro de Políticas Sociais. Já o estrato D comporta o maior percentual de unidades de consumo segundo a classificação do Centro de Políticas Sociais, estando em segundo lugar no Critério Brasil. Por fim, o estrato E apresenta um percentual similar nos dois critérios, apesar de que no critério do Centro de Políticas Sociais há uma maior evolução do estrato E, isto é, diminui a participação das famílias que ganham até 135 reais por pessoa no domicílio.

Tabela 2

Percentual de famílias por estratos do Centro de Políticas Sociais classificados de forma diferente no Critério Brasil nos anos 2002/2003 e 2008/2009

		2002/2003					2008/2009						
		Critério Brasil					Critério Brasil						
Critério	Estratos	ab	c	d	e	Total	Critério	Estratos	ab	c	d	e	Total
Centro de Políticas Sociais	AB	63%	30%	6%	1%	100%	Centro de Políticas Sociais	AB	62%	33%	4%	0%	100%
	C	17%	49%	31%	4%	100%	Centro de Políticas Sociais	C	21%	53%	23%	2%	100%
	D	1%	26%	58%	14%	100%	Centro de Políticas Sociais	D	3%	40%	49%	9%	100%
	E	0%	8%	49%	42%	100%	Centro de Políticas Sociais	E	1%	14%	53%	33%	100%

Fonte: Microdados da POF, anos 2002/2003 e 2008/2009

A Tabela 2, que permite comprar a classificação das unidades de consumo segundo os dois critérios, mostra qual a participação de cada estrato do método do Centro de Políticas Sociais foi classificada de forma similar ou diferente no método do Critério Brasil. No período 2002/2003, 63% das famílias classificadas como pertencentes ao estrato AB no critério do Centro de Políticas Sociais também foram classificadas como pertencentes ao estrato A ou B do Critério Brasil. O mesmo ocorre em 2008/2009 (quando este percentual é 62%).

Observando a taxa de coincidência entre os estratos de critérios diferentes para ambas ocasiões da pesquisa, percebe-se que a maior taxa é obtida no estrato AB e, em segundo lugar encontra-se o estrato D.. É interessante comentar que nos anos de 2008/2009 apenas 33% das famílias classificadas como pertencentes ao estrato E do Centro de Políticas Sociais são também classificadas no estrato E do Critério Brasil.

Analisando evolutivamente, nota-se que a taxa de coincidência se mantém constante ao longo dos anos nos estratos A e B, todavia pioram nos estratos D e E. Uma possível explicação para este fenômeno seria a maior facilidade das famílias de renda mais baixa adquirirem bens. Neste caso, pode-se supor que atualmente famílias com menos renda acabam por consumir mais, aumentando o seu repertório de bens no domicílio e por fim sendo classificadas pelo Critério Brasil como pertencentes a estratos econômicos mais altos, ainda se mantendo como pertencentes ao estrato E na abordagem do critério do Centro de Políticas Sociais.

A comparação do nível de renda mensal total média real entre os dois critérios (Tabela 3) revela diferenças marcantes entre os estratos, principalmente nos estratos mais altos. Isso ocorre pela diferente forma de estratificação: enquanto o estrato A do Critério Brasil abrange cerca de 1% das unidades de consumo mais ricas, sua renda mensal total média acaba sendo superior aos 10% das unidades de consumo que pertencem ao estrato AB do critério do Centro de Políticas Sociais.

Renda Total Mensal Média Real e Renda Per Capita Mensal Média Real por unidade de consumo por estrato do Critério Brasil e do Centro de Políticas Sociais pela POF nos anos 2002/2003 e 2008/2009

Estratos	Critério Brasil				Estratos	Centro de Políticas Sociais			
	Renda Total Mensal Média		Renda Per Capita Mensal Média			Renda Total Mensal Média		Renda Per Capita Mensal Média	
	2002/2003	2008/2009	2002/2003	2008/2009		2002/2003	2008/2009	2002/2003	2008/2009
A	14278,05	17655,41	4069,95	5358,93	AB	9450,24	10518,16	3934,82	4770,38
B	6541,88	6770,88	2304,20	2568,66	C	2486,98	2925,29	805,10	1054,03
C	2444,26	2520,14	887,12	969,07	D	1010,02	1202,64	270,28	339,25
D	1124,29	1262,03	393,43	506,65	E	473,71	439,21	96,96	90,95
E	631,73	777,08	224,78	307,03					

Tabela

Fonte: Microdados da POF, anos 2002/2003 e 2008/2009

Em todos os estratos, as rendas médias calculadas para os estratos formados pelo Critério Brasil são maiores do que as estimativas obtidas para o Centro de Políticas Sociais. Por exemplo, o estrato E do critério do Centro de Políticas Sociais apresenta um nível de renda média real pior relativamente ao estrato E do Critério Brasil. Mesmo tendo observado uma diminuição na participação de unidades de consumo classificadas no estrato E nos dois critérios de estratificação percebe-se que, na perspectiva do nível de renda, as famílias que permanecem no estrato E, no caso do classificação segundo o critério CPS, estão em condições de sobrevivência ligeiramente piores em relação aos anos de 2002 e 2003. A explicação para esta distinção de cenário está na forma de construção dos dois critérios. O critério do Centro de Políticas Sociais, cujos estratos são

compostos através de medidas de posição da renda per capita de cada família, faz com que o estrato E concentre efetivamente famílias de renda mais baixa, diferentemente do Critério Brasil, onde a alocação no estrato E se dá pela pouca quantidade de bens nos domicílios, escolaridade do chefe de família, existência de empregada mensalista e número de banheiros. Uma comparação entre a renda mensal per capita real média também revela diferenças entre os dois critérios de estratificação. Neste sentido, a escolha de um ou outro critério reflete em estimativas distintas de renda média per capita.

A partir desta perspectiva, visualizam-se dois estratos E bastante distintos: no caso do Critério Brasil, a estimativa da renda mensal per capita média é ao menos 5 vezes maior do que a estimativa obtida para o estrato E do Centro de Políticas Sociais. Além do efeito do método de construção dos critérios já mencionada, registra-se também que a ocorrência de uma maior participação de unidades de consumo que correspondem a arranjos familiares unipessoais (nos quais o domicílio conta com menos quantidade de bens pois há apenas uma pessoa residente) pode implicar no aumento da renda mensal per capita média no estrato E definido pelo Critério Brasil.

Uma abordagem comparativa entre os períodos 2002/2003 e 2008/2009, de acordo com a POF e considerando as variáveis analisadas até o momento indica a ocorrência de ascensão socioeconômica das famílias e ganho de renda total e per capita média na maioria dos estratos. Tal cenário, aliado ao período de controle da inflação e estímulo política de microcrédito (LACERDA, 2009), proporciona o ganho de poder aquisitivo das unidades de consumo.

4.2 Tipos de Rendimentos

A Tabela 4 aponta que, ao considerar a classificação do Critério Brasil, todos os tipos de rendimento tiveram aumento, à exceção da movimentação do ativo financeiro, isto é, a diferença entre depósito e resgate em ativos financeiros que, ao contrário, apresentou queda.

Dentre os tipos de rendimento com aumento, destacam-se com maior participação os rendimentos do trabalho principal. No caso das deduções, a de previdência pública e o imposto de renda são os destaques. O grupo outros rendimentos recebidos e deduções, ou seja, aposentadorias, auxílios, pensões, outros rendimentos habituais e deduções, aparecem em segundo lugar em participação, seguido dos outros rendimentos, receitas e deduções - aqueles que correspondem ao décimo terceiro salário, férias, indenizações, empréstimos, vendas de casas e automóveis¹¹.

¹¹ Ver apêndice com a descrição dos tipos de rendimentos.

Tabela 4

Participação e rendimentos médios anuais das unidades de consumo por estratos do Critério Brasil pela POF nos anos 2002/2003 e 2008/2009

Grupos de Rendimentos	Un.	A		B		C		D		E	
		2002	2008	2002	2008	2002	2008	2002	2008	2002	2008
Rendimentos recebidos e deduções	%	46,2%	48,4%	45,0%	58,1%	43,7%	56,6%	47,4%	56,0%	33,8%	44,9%
	R\$	125.132	82.909	43.107	51.211	16.723	18.367	7.915	8.652	3.892	4.421
Outros rendimentos recebidos e deduções	%	22,9%	23,3%	19,8%	24,1%	21,6%	28,3%	24,4%	36,2%	24,8%	35,4%
	R\$	61.982	39.840	18.951	21.263	8.266	9.167	4.074	5.592	2.852	3.484
Outros recebimentos, receitas, empréstimos e deduções	%	10,5%	15,7%	13,4%	13,7%	10,8%	12,9%	9,1%	12,1%	9,2%	13,7%
	R\$	28.376	26.829	12.842	12.074	4.145	4.184	1.517	1.864	1.054	1.350
Movimentação do ativo financeiro	%	20,4%	12,6%	21,8%	4,1%	23,9%	2,2%	19,1%	-4,2%	32,2%	6,0%
	R\$	55.151	21.584	20.915	3.630	9.129	715	3.191	-645	3.701	590

Fonte: Microdados da POF, anos 2002/2003 e 2008/2009

A queda marcante observada na participação da movimentação de ativo financeiro em relação aos rendimentos totais permite induzir que as unidades de consumo reduziram bastante (em média) a sua poupança para gastar mais com consumo. Destaca-se o caso das unidades de consumo do estrato D segundo o Critério Brasil, que em 2008/2009 tem uma movimentação **devedora** de em média R\$ 645 reais, contra R\$ 3.191 reais na edição anterior.

Tabela 5

Participação e rendimentos médios anuais das unidades de consumo por estratos do Critério do Centro de Políticas Sociais pela POF nos anos 2002/2003 e 2008/2009

Grupos de Rendimentos	Un.	AB		C		D		E	
		2002	2008	2002	2008	2002	2008	2002	2008
Rendimentos recebidos e deduções	%	41,5%	54,7%	51,2%	60,0%	48,4%	57,1%	36,1%	47,4%
	R\$	59.895	78.857	18.180	23.054	7.179	8.841	3.036	2.679
Outros rendimentos recebidos e deduções	%	19,8%	26,6%	21,0%	26,5%	23,4%	29,8%	21,2%	32,1%
	R\$	28.523	38.388	7.461	10.169	3.477	4.617	1.783	1.816
Outros recebimentos, receitas, empréstimos e deduções	%	13,9%	15,2%	10,1%	10,8%	7,9%	9,5%	7,6%	13,5%
	R\$	20.123	21.900	3.584	4.162	1.173	1.479	643	760
Movimentação do ativo financeiro	%	24,8%	3,5%	17,8%	2,7%	20,2%	3,6%	35,1%	7,0%
	R\$	35.753	5.045	6.316	1.035	3.001	556	2.951	395

Fonte: Microdados da POF, anos 2002/2003 e 2008/2009

O cenário descrito pelo critério do Centro de Políticas Sociais não é diferente. De forma menos abrupta, a diferença entre depósito e resgate também revela queda da poupança entre os dois períodos da pesquisa.

Observados os dois critérios, visualiza-se que a composição dos rendimentos é bastante similar. A divergência diz respeito à redução da desigualdade. No Critério Brasil, em algumas comparações, há sinal de diminuição da disparidade da renda do trabalho principal, enquanto no critério do Centro de Políticas Sociais há evidências de aumento na disparidade. Em suma, mesmo tendo sido observado um aumento na renda real mensal média no período, as unidades de consumo

passaram a aumentar o resgate de aplicações financeiras em relação ao aumento das aplicações, para financiar maiores gastos em consumo.

O financiamento do consumo se deu também com aumento na contração de empréstimos no período, mas em menor grau do que a redução da poupança. Em resumo, nos dois critérios percebe-se que o consumo das famílias foi financiado não apenas pelo aumento na renda média, mas também pela redução da poupança, fenômeno observados nos dois períodos analisados, e em menor grau pela contração de empréstimos.

4.3 Despesas médias e participação de despesas no orçamento familiar

No que diz respeito à composição dos gastos entre os estratos do Critério Brasil, constata-se que o grupo de despesa que mais impacta no orçamento familiar de todos é o de habitação e reforma (Tabela 6).

Em segundo lugar, para os estratos A, B e C, o grupo de despesas com veículos e gastos adicionais é o que absorve marcante componente em relação ao total de despesas. Nos estratos D e E, o grupo de segunda maior participação no orçamento é o grupo de despesas de alimentação.

As despesas de educação, cultura e lazer surgem como o terceiro grupo de maior impacto no orçamento familiar dos estratos A, B, C e D (estes dois em 2002). Nos estratos C (em 2008), esta posição pertence ao grupo de alimentação. Nos estratos D (em 2008) e E (em 2002), o terceiro lugar fica com o grupo de despesas associadas à educação, cultura e lazer. No estrato E (2008), o terceiro grupo mais importante de despesas refere-se àquelas relacionadas a veículos e gastos adicionais.

Tabela 6

Composição média de despesas das unidades de consumo por estratos do Critério Brasil
pela POF nos anos 2002/2003 e 2008/2009

Grupos de Despesas	Unidade	A		B		C		D		E	
		2002	2008	2002	2008	2002	2008	2002	2008	2002	2008
Habitação e reforma	%	38,4%	37,2%	44,1%	41,8%	40,2%	35,2%	36,7%	30,2%	32,6%	42,2%
	R\$	86.756	92.170	58.978	57.908	25.748	21.915	12.694	10.324	6.456	13.465
Itens de conforto	%	3,1%	4,2%	3,5%	3,6%	4,2%	4,3%	5,1%	5,0%	5,5%	3,9%
	R\$	6.922	10.442	4.649	4.931	2.686	2.695	1.753	1.722	1.113	1.256
Serviços e manutenção doméstica	%	3,1%	3,8%	2,7%	2,9%	3,1%	3,1%	3,1%	3,5%	4,4%	3,0%
	R\$	6.941	9.439	3.581	4.072	1.964	1.920	1.084	1.186	782	949
Transportes	%	3,7%	0,1%	4,0%	3,5%	4,1%	4,1%	4,1%	4,2%	4,6%	3,5%
	R\$	8.330	356	5.363	4.893	2.648	2.531	1.419	1.425	1.096	1.115
Fumo	%	0,6%	0,0%	0,7%	0,8%	1,1%	1,2%	1,4%	1,5%	1,2%	0,9%
	R\$	1.254	45	986	1.052	695	745	493	514	260	292
Saúde	%	5,2%	4,4%	4,7%	4,1%	5,5%	4,4%	7,2%	5,3%	6,4%	3,6%
	R\$	11.750	10.948	6.319	5.625	3.539	2.718	2.503	1.828	1.892	1.138
Educação, cultura e lazer	%	11,1%	12,7%	9,8%	9,3%	9,2%	9,7%	9,2%	9,8%	9,8%	7,2%
	R\$	25.084	31.382	13.079	12.840	5.871	6.015	3.177	3.358	2.112	2.290
Vestuário e acessórios	%	3,4%	3,8%	3,4%	3,6%	4,4%	4,7%	5,3%	5,7%	4,5%	4,2%
	R\$	7.704	9.537	4.577	5.001	2.807	2.908	1.848	1.950	1.090	1.329
Outras despesas	%	1,9%	2,0%	1,7%	2,0%	2,2%	2,7%	2,7%	3,6%	3,1%	2,3%
	R\$	4.341	4.917	2.223	2.774	1.392	1.681	933	1.229	561	728
Serviços financeiros	%	5,7%	3,8%	4,2%	3,9%	3,3%	3,7%	3,7%	4,1%	4,2%	4,7%
	R\$	12.842	9.397	5.636	5.342	2.085	2.301	1.285	1.420	882	1.513
Veículos e gastos adicionais	%	15,4%	18,8%	12,6%	15,1%	11,9%	14,2%	6,9%	9,8%	6,5%	8,3%
	R\$	34.869	46.622	16.817	20.853	7.661	8.831	2.388	3.337	1.244	2.660
Alimentação	%	6,8%	7,3%	6,8%	7,6%	8,8%	10,5%	11,9%	14,5%	14,7%	14,2%
	R\$	15.476	18.047	9.119	10.566	5.670	6.545	4.116	4.954	2.920	4.530
Maquiagem, higiene e serv. pessoais	%	1,7%	1,9%	1,8%	1,9%	2,1%	2,4%	2,6%	2,8%	2,5%	2,0%
	R\$	3.935	4.603	2.416	2.635	1.350	1.467	893	974	527	643

Fonte: Microdados da POF, anos 2002/2003 e 2008/2009

Nesta descrição, ressalta-se que conforme há aumento de renda, há também uma reordenação na distribuição de acordo com categorias de despesas. Nos estratos mais baixos, as despesas em alimentação são a segunda maior participação no orçamento, enquanto que nos mais altos ela passa a representar um componente de despesa muito menos expressivo quando comparado às despesas totais da unidade de consumo. Mesmo com a sofisticação dos gastos com alimentos nos estratos mais altos, ele ainda perde para os gastos de veículos, educação, cultura e lazer. Subentende-se que despesas com moradia, alimentação, veículos e lazer seriam a ordem de prioridade orçamentária dos estratos mais baixos.

De igual maneira, a Tabela 7 apresenta os padrões e as participações médias de consumo dos estratos segundo o critério do Centro de Políticas Sociais, utilizando-se como proxy os grupos de despesas.

Tabela 7

Composição média de despesas das unidades de consumo por estratos do Critério do Centro de Políticas Sociais pela POF nos anos 2002/2003 e 2008/2009

Grupos de Despesas	Unidade	AB		C		D		E	
		2002	2008	2002	2008	2002	2008	2002	2008
Habitação e reforma	%	44,5%	44,1%	37,2%	33,9%	33,9%	26,7%	30,3%	30,8%
	R\$	74.701	84.754	23.932	24.380	10.873	9.259	6.374	7.315
Itens de conforto	%	3,2%	3,4%	4,3%	4,1%	5,8%	5,6%	6,2%	6,3%
	R\$	5.379	6.461	2.751	2.922	1.867	1.949	1.307	1.408
Serviços e manutenção doméstica	%	2,7%	2,7%	3,6%	3,4%	3,7%	3,8%	4,0%	3,5%
	R\$	4.479	5.260	2.288	2.417	1.178	1.315	721	1.313
Transportes	%	3,5%	2,6%	4,6%	4,2%	4,9%	5,0%	4,4%	5,4%
	R\$	5.856	5.025	2.932	3.016	1.559	1.729	1.115	1.107
Fumo	%	0,6%	0,7%	1,1%	1,1%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%
	R\$	1.086	1.253	685	788	482	533	319	338
Saúde	%	3,9%	3,8%	4,0%	4,5%	4,5%	4,7%	5,9%	4,5%
	R\$	6.514	7.306	2.598	3.216	1.452	1.644	931	1.250
Educação, cultura e lazer	%	10,2%	9,8%	10,6%	10,4%	9,6%	9,9%	10,1%	10,7%
	R\$	17.047	18.764	6.835	7.438	3.096	3.411	2.213	2.207
Vestuário e acessórios	%	3,3%	3,3%	4,6%	4,6%	5,8%	6,1%	4,8%	5,8%
	R\$	5.481	6.383	2.969	3.269	1.874	2.100	1.192	1.321
Outras despesas	%	1,6%	2,0%	2,3%	2,7%	3,1%	2,7%	3,9%	3,5%
	R\$	2.644	3.914	1.491	1.973	997	948	717	611
Serviços financeiros	%	5,1%	3,9%	3,2%	3,6%	2,7%	3,5%	2,3%	2,4%
	R\$	8.629	7.553	2.065	2.562	856	1.207	499	711
Veículos e gastos adicionais	%	13,7%	15,9%	13,2%	15,3%	9,1%	12,2%	7,4%	6,9%
	R\$	22.971	30.627	8.475	10.961	2.917	4.224	1.438	1.948
Alimentação	%	6,2%	6,2%	9,0%	10,0%	12,7%	15,1%	16,5%	15,8%
	R\$	10.428	11.928	5.774	7.209	4.084	5.238	3.272	3.794
Maquiagem, higiene e serv. pessoais	%	1,6%	1,6%	2,3%	2,3%	2,7%	3,1%	2,8%	2,9%
	R\$	2.680	3.076	1.480	1.675	883	1.058	609	669

Fonte: Microdados da POF, anos 2002/2003 e 2008/2009

Igualmente ao Critério Brasil, em relação à composição dos gastos entre os estratos do Centro de Políticas Sociais, identifica-se que o grupo de despesa que mais impacta no orçamento familiar também é o de habitação e reforma, independentemente do estrato.

O segundo grupo de despesa que mais impacta no orçamento familiar é, para os estratos AB e C, o grupo de despesas com veículos e gastos adicionais. Nos estratos D e E, o grupo de segunda maior participação no orçamento é o de despesas de alimentação.

As despesas de educação, cultura e lazer surgem como o terceiro grupo de maior impacto no orçamento familiar dos estratos AB, C, D (em 2002) e E. No estrato D, em 2008, esta posição pertence ao grupo de gastos em veículos e gastos adicionais.

Uma análise entre os critérios no que diz respeito à participação das despesas revela que há muitas semelhanças entre eles. Neste sentido, o peso que cada grupo de despesa representa no orçamento familiar total não é muito variável quando se aplica um ou outro critério.

A análise dos gastos médios por tipos de contas de despesas revela diferenças tanto entre os estratos altos quanto entre os estratos baixos de cada um dos critérios. Isso significa que o estrato A do Critério Brasil gasta mais do que o estrato AB do critério do Centro de Políticas Sociais, o mesmo se aplicando aos estratos mais baixos. O tamanho familiar médio dos estratos do critério do Centro de Políticas Sociais acaba por provocar uma menor despesa média per capita em relação ao Critério Brasil, gerando níveis de bem estar menores nos estratos mais baixos.

Tendo caracterizado os estratos em ambos os critérios conforme o rendimento - tipo e evolução - e os componentes da despesa, nas sub-seções a seguir veremos como os estratos se caracterizam em cada critério, segundo características familiares.

4.4 Tamanho familiar médio

O número médio de pessoas por unidade de consumo pelo Critério Brasil (Tabela 8) é similar entre os estratos, ou seja, famílias de alto, médio e baixo potencial de consumo apresentaram uma quantidade média de pessoas por domicílio bastante similar. No critério do Centro de Políticas Sociais este número é crescente do estrato AB até o estrato E, e é interessante notar que o número médio de pessoas por unidade de consumo nos estratos é bastante distinto do valor médio nacional, apontando que as famílias mais ricas têm em média menor número de pessoas.

Tabela 8

Número médio de pessoas das unidades de consumo por estratos do Critério Brasil e do Centro de Políticas Sociais pela POF nos anos 2002/2003 e 2008/2009

Critério Brasil			Centro de Políticas Sociais		
Estratos	2002/2003	2008/2009	Estratos	2002/2003	2008/2009
A	3,97	3,69	AB	2,58	2,39
B	3,51	3,31	C	3,14	2,82
C	3,51	3,26	D	3,82	3,71
D	3,63	3,28	E	5,04	4,90
E	3,97	3,50			

Fonte: Microdados da POF, anos 2002/2003 e 2008/2009

A diferença entre o número médio de pessoas em cada estrato em cada critério é explicada pela forma de construção dos critérios. No Critério Brasil, a construção considera a quantidade de bens duráveis no domicílio, o que implica que as unidades de consumo com mais pessoas possuem mais itens domésticos no domicílio. Ou seja, unidades de consumo que disponham de mais itens apresentem também maior número de pessoas no domicílio, o que explica a relativamente alta participação na distribuição percentual do número de pessoas no estrato A.

No segundo critério, a variável que define a classificação é a renda per capita domiciliar, a partir da qual se determina a linha de pobreza e os decis que definem os limites dos estratos. Dessa forma, um domicílio com renda per capita baixa pode indicar que nele residem muitas pessoas, ou que no domicílio residem pessoas com baixa remuneração, ou também os dois casos..

4.5 Tipos de arranjos familiares

Como pode ser notado nas Tabelas 9 e 10, escolher um critério de estratificação ao invés de outro também implica em trabalhar com diferentes distribuições de arranjos familiares tanto entre estratos de um mesmo critério como entre os estratos dos dois critérios.

Tabela 9

Percentual de tipos de arranjos familiares em relação ao total por estratos do Critério Brasil pela POF nos anos 2002/2003 e 2008/2009.

Tipo de Família	Total		A		B		C		D		E	
	2002	2008	2002	2008	2002	2008	2002	2008	2002	2008	2002	2008
Unipessoal	14,72	16,56	3,21	6,13	11,19	11,19	12,61	14,19	16,42	20,63	19,20	24,00
Monoparental com filho menor de 15 anos	4,22	4,13	0,41	0,78	2,58	2,14	3,39	3,70	4,95	5,21	5,93	6,25
Monoparental com filhos maiores de 15 anos	9,07	10,35	4,95	6,33	7,89	8,60	8,39	10,38	10,62	11,52	7,64	8,77
Monoparental com filhos menores e maiores de 15 anos	2,47	2,08	1,73	0,46	1,31	0,81	1,80	1,87	3,16	2,81	3,17	2,63
Casal sem filhos	13,66	16,78	10,46	11,38	14,43	17,47	15,07	17,84	13,42	16,32	10,68	12,09
Casal com filhos menores de 15 anos	30,91	25,99	30,68	24,58	29,38	26,49	32,93	27,83	29,08	23,18	32,90	27,71
Casal com filho maior de 15 anos	14,84	16,08	38,02	41,58	23,35	24,73	15,60	16,28	12,78	12,65	8,79	9,29
Casal com filhos menores e maiores de 15 anos	10,08	7,79	10,16	7,51	9,75	8,46	10,16	7,71	9,56	7,38	11,69	9,00
Outros	0,05	0,24	0,37	1,25	0,12	0,11	0,05	0,20	0,01	0,30	0,00	0,26

Fonte: Microdados da POF, anos 2002/2003 e 2008/2009

Tabela 10

Percentual de tipos de arranjos familiares em relação ao total por estratos do Centro de Políticas Sociais pela POF nos anos 2002/2003 e 2008/2009.

Tipo de Família	Total		AB		C		D		E	
	2002	2008	2002	2008	2002	2008	2002	2008	2002	2008
Unipessoal	14,72	16,56	30,00	32,21	18,97	22,01	10,70	9,94	3,81	3,70
Monoparental com filho menor de 15 anos	4,22	4,13	1,18	1,17	2,74	2,32	5,25	5,53	7,40	10,09
Monoparental com filhos maiores de 15 anos	9,07	10,35	8,60	9,19	9,51	11,06	9,87	10,76	6,86	5,46
Monoparental com filhos menores e maiores de 15 anos	2,47	2,08	0,84	0,36	1,80	0,88	2,53	3,06	4,82	5,31
Casal sem filhos	13,66	16,78	21,10	24,39	17,00	21,47	11,62	12,69	5,58	4,37
Casal com filhos menores de 15 anos	30,91	25,99	16,47	12,37	25,48	19,41	34,16	31,93	45,45	46,39
Casal com filho maior de 15 anos	14,84	16,08	18,18	17,54	16,59	17,40	14,61	15,80	9,35	8,31
Casal com filhos menores e maiores de 15 anos	10,08	7,79	3,50	2,68	7,86	5,24	11,23	9,96	16,74	16,30
Outros	0,05	0,24	0,12	0,10	0,05	0,20	0,03	0,32	0,00	0,05

Fonte: Microdados da POF, anos 2002/2003 e 2008/2009

No Critério Brasil, por exemplo, casais com filhos maiores de 15 anos possuem maior participação no estrato A, casal com filhos menores de 15 anos apresentam maior distribuição percentual nos estratos B, C, D e E, e unipessoal é o arranjo familiar de segunda maior participação no estrato E. No critério do Centro de Políticas Sociais, arranjos unipessoais apresentam maior

participação no estrato AB e C, casais com filhos menores de 15 anos apresentam maior distribuição percentual nos estratos D e E e casal sem filhos é o arranjo de segunda maior participação no estrato AB.

Uma explicação para a diversidade da participação dos arranjos unipessoais entre os critérios seria o impacto das variáveis que pressupõem maior número de pessoas e serviços domésticos. Novamente, pelo fato que no Critério Brasil contam pontos os de bens duráveis e a empregada mensalista para alcançar os estratos mais altos, as pessoas que moram sozinhas não são providas da quantidade de bens necessários para posicioná-las nos estratos mais altos, havendo também casos de pessoas que almoçam fora ou terceirizam os serviços de cozinha e lavanderia. Esta limitação acaba por gerar nos estratos mais altos do Critério Brasil uma baixa participação do arranjo de tipo unipessoal.

No critério do Centro de Políticas Sociais, a situação se reverte. Pessoas que moram sozinhas só o fazem quando têm condições financeiras suficientes para arcar custos de moradia, alimentação, dentre outros. Como o que rege a estratificação no critério é a renda per capita, as pessoas sozinhas acabam posicionadas nos estratos mais altos, gerando alta participação de arranjos unipessoais nos estratos de renda per capita mais alta. Neste caso, a participação deste tipo de arranjo tem tendência decrescente do estrato AB ao E. Desta forma, os estratos mais baixos apresentam famílias com número maior de filhos provocando queda da renda per capita, e, conseqüentemente, uma maior participação do arranjo de casais com filhos menores de 15 anos nos estratos de renda per capita menor. Deve-se observar que nesta categoria se enquadram casais com filhos pequenos no início de carreira, onde o salário é menor em comparação a profissionais de maior experiência.

Pelo Critério Brasil do arranjo de casais com filhos menores de 15 anos observa-se tendência distinta, apesar das participações entre os estratos serem próximas, tornando-se também semelhante ao perfil populacional. Neste caso, acredita-se que o arranjo familiar de casais com filhos menores de 15 anos já demanda uma quantidade de bens duráveis e serviços domésticos básicos que são captados pelo Critério Brasil, provocando uma participação semelhante deste tipo de arranjo entre os diversos estratos

4.6 Escolaridade do chefe de família

Pelo que se pode perceber na análise dos dados (Tabela 11), o Critério Brasil, por ter a escolaridade do chefe de família como proxy para definição dos estratos, acaba por promover uma hierarquia por escolaridade, ou seja, , ficam melhor classificados os chefes de unidades de consumo

que possuem maior escolaridade. Como o grau de escolaridade está associado à remuneração, as unidades de consumo cujos chefes são melhor escolarizados têm mais chances de pertencer ao estrato A..

Tabela 11

Distribuição percentual da escolaridade do chefe de família das unidades de consumo por estratos do Critério Brasil pela POF nos anos de 2002/2003 e 2008/2009

Escolaridade	A		B		C		D		E	
	2002/2003	2008/2009	2002/2003	2008/2009	2002/2003	2008/2009	2002/2003	2008/2009	2002/2003	2008/2009
Até 4º ano do Ensino Fundamental	0,44%	0,38%	4,25%	5,96%	15,89%	21,98%	45,54%	55,34%	71,67%	74,24%
5º ano do Ensino Fundamental	0,58%	1,45%	9,94%	7,91%	31,72%	24,15%	36,24%	29,54%	22,85%	20,32%
Ensino Fundamental completo	0,14%	0,16%	8,42%	5,94%	19,13%	14,19%	12,63%	10,02%	5,13%	4,95%
Ensino Médio completo	12,79%	35,46%	41,53%	60,09%	30,08%	37,60%	5,57%	5,02%	0,35%	0,50%
Ensino Superior completo	86,05%	62,56%	35,87%	20,10%	3,17%	2,08%	0,03%	0,08%	0%	0%

Fonte: Microdados da POF, anos 2002/2003 e 2008/2009

Tabela 12

Distribuição percentual da escolaridade do chefe de família das unidades de consumo por estratos do Centro de Políticas Sociais pela POF nos anos de 2002/2003 e 2008/2009

Escolaridade	AB		C		D		E	
	2002/2003	2008/2009	2002/2003	2008/2009	2002/2003	2008/2009	2002/2003	2008/2009
Até 4º ano do Ensino Fundamental	10,38%	10,17%	22,89%	29,17%	41,99%	41,72%	56,83%	55,20%
5º ano do Ensino Fundamental	12,44%	8,03%	28,68%	20,35%	34,37%	28,33%	30,38%	27,83%
Ensino Fundamental completo	8,16%	3,89%	15,78%	10,61%	13,59%	12,56%	8,34%	9,97%
Ensino Médio completo	32,69%	53,90%	25,48%	35,15%	9,39%	16,69%	4,23%	6,63%
Ensino Superior completo	36,33%	24,01%	7,17%	4,71%	0,67%	0,70%	0,23%	0,37%

Fonte: Microdados da POF, anos 2002/2003 e 2008/2009

Desta forma, entende-se que escolher um critério ou outro de estratificação provoca diferentes configurações de escolaridade dos chefes das unidades de consumo, e por fim diferentes perfis de consumidores. Vale a pena deixar claro que este tipo de análise revela diferentes perfis de escolaridade nos estratos, e não como cada categoria de escolaridade está distribuída nos estratos.

5. Conclusão

O presente estudo revela que o esquema de estratificação do Critério Brasil em comparação ao critério de estratificação do Centro de Políticas Sociais apresenta resultados distintos no que diz respeito às variáveis de distribuição percentual dos estratos, número médio de pessoas na unidade de consumo, participação dos tipos de arranjos familiares por estrato, renda total mensal média por estrato, renda mensal per capita média por estrato e escolaridade do chefe de família. Nas variáveis participação do tipo de despesas em relação ao total, despesas médias, participação do tipo de rendimento em relação ao total e rendimentos médios, as configurações são semelhantes entre os critérios.

Dentre os principais aspectos metodológicos dos dois critérios de estratificação aplicados na pesquisa, a abordagem baseada na renda per capita adotada pelo critério do Centro de Políticas Sociais mostra um grande percentual de arranjos unipessoais nos estratos mais altos e baixo percentual de arranjos unipessoais nos estratos mais baixos, enquanto que a abordagem baseada em posse e quantidade de bens no domicílio do Critério Brasil resulta na situação oposta: arranjos unipessoais possuem alta participação nos estratos mais baixos e baixa participação nos estratos mais altos. Estas diferenças metodológicas produzem perfis bastante diferentes no que diz respeito a arranjos familiares nos estratos.

A análise pelo viés temporal da população revela queda da participação dos estratos mais baixos, aumento da participação dos estratos médios, diminuição do número médio de pessoas por unidade de consumo, aumento no percentual de arranjos unipessoais, aumento no percentual dos arranjos com filhos menores de 15 anos, aumento dos arranjos monoparentais, aumento do percentual de casal sem filhos, aumento na renda total e per capita, aumento da escolaridade, aumento nas despesas médias e nos rendimentos médios. O cenário descrito pelos critérios revela tanto aumento no potencial de consumo, de acordo com a abordagem adotada pelo Critério Brasil, quanto na diminuição do estado de pobreza, abordagem adotada pelo critério do Centro de Políticas Sociais.

Em quase todos os estratos dos critérios as famílias estão consumindo mais e utilizando de suas poupanças para fazê-lo, uma situação que pode levar à inadimplência frente a flutuações de renda. Além disso, observou-se se também que um maior acesso a crédito o que implica comprometer a renda futura, e, conseqüentemente, consumo futuro. Sugere-se que o acesso ao crédito tenha ressignificado a possibilidade do consumo, imediatizando-o e fazendo com que este dissocie as práticas de consumo dos rendimentos do trabalho e da poupança advinda dele, no caminho oposto ao da lógica da previdência.

Em suma, com este artigo foi possível revelar diferenças entre os perfis das famílias frente aos dois tipos de critérios de estratificação o que traz implicações para distintas áreas que fazem uso dos mecanismos de diferenciação de padrões de vida, desde o campo da administração e da comunicação, onde se estuda o comportamento do consumidor, passando pela área de estudos econômicos, chegando ao campo da análise de políticas públicas.

No âmbito mercadológico, empresas e agências de propaganda necessitam entender de forma clara que cada um dos critérios trabalha a sua estratificação com um tipo de renda: o Critério Brasil, com a noção de renda total, prevista por variáveis-chave; a do Centro de Políticas Sociais, pela abordagem da renda per capita. A primeira abordagem prioriza o consumo em si, enquanto que a última está mais ligada à ideia de bem-estar.

Ainda no âmbito mercadológico, deve-se deixar claro que o Critério Brasil pode subestimar o potencial de consumo dos arranjos unipessoais. Como sua alocação no estrato é dependente de bens que normalmente existem em famílias maiores, este tipo de arranjo nos estudos de comportamento do consumidor deve ser tomado como um caso à parte, merecendo estudos mais detalhados.

No âmbito das políticas públicas, é interessante que o governo analise de forma crítica a diminuição da poupança e conduza programas sociais no sentido de orientar as famílias no tocante à administração de seus orçamentos. Programas sobre administração financeira pessoal e familiar são interessantes no sentido de trazer ao universo das pessoas a preocupação de se planejar financeiramente os gastos.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA (ABEP). O novo critério padrão de classificação econômica Brasil. Junho, 2007.

FRANÇA, Martha Amaral. *A “classe média” brasileira: um estudo socioeconômico recente*. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisa Social) - Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2010.

HAAG, Carlos. A ilusão da igualdade. Pesquisa FAPESP 194. Abr 2012. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/04/10/a-ilus%c3%a3o-da-igualdade/>>. Acesso em 04 mar. 2013

HAILU, Degol; SOARES, Sergei Suarez Dillon. O que explica o declínio da desigualdade no Brasil? Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo. One Pager, nº89. Jul 2009. Disponível em: < <http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCOnePager89.pdf>> Acesso em 02 ma 2013.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Manual do Agente de Pesquisa. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA (IBOPE). *Levantamento socioeconômico*, 2004. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortallBOPE&pub=T&db=caldb&comp=pesquisa_leitura&nivel=AnáliseseÍndices&docid=B36867CB739FCA8783256EE800656CB5>. Acesso em: 04 jul. 2011.

IPEA. Pnad 2007: Primeiras análises, pobreza e mudança social. Comunicado da Presidência nº9. Volume 1.22 set. 2008.

JANUZZI, Paulo; BAENINGER, Rosana. Qualificação Socioeconômica e demográfica das classes da escala ABIPEME. *Revista de Administração*, São Paulo, v.31, n.3, p. 82-90, 1996. LACERDA, Elaine da Silva. *A evolução do crédito no Brasil, 2002-2009*. 64 f. Monografia de conclusão de curso – Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

MATTAR, Fauze Najib. Estratificação Socioeconômica e Pesquisas de Marketing. In: XVIII ENANPAD. *Anais...* Curitiba: ANPAD, v.7, p. 307-325, 1994.

_____. Análise crítica dos estudos de estratificação sócio-econômica de ABA/Abipeme. *Revista de Administração*, São Paulo, v.30, n.1, p. 57-74, 1995.

_____. Porque os métodos de classificação socioeconômicos utilizados no Brasil não funcionam. In: XX ENANPAD. *Anais...* São Paulo: ANPAD, 1996.

NERI, Marcelo Cortes (coord). *A Nova Classe Média: o lado brilhante dos pobres*, Centro de Políticas Sociais, FGV, Rio de Janeiro, mimeo., disponível em:

http://www.cps.fgv.br/ibrecps/ncm2010/NCM_Pesquisa_FORMATADA.pdf, acesso em 23 de março de 2013.

NERI, Marcelo Cortes; MELO, Luisa Carvalhães Coutinho. *Miséria e Classe Média na Década da Igualdade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/IBRE, CPS, 2008. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cps/desigualdade>>. Acesso em: 19 set. 2011.

PAIVA, Guilherme França dos Santos. *Consumo e critérios de classificação socioeconômica: um estudo aplicado à pesquisa de orçamentos familiares*. 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisa Social) - Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2012.

POCHMANN, Marcio. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*, Editora Boitempo, 2012.

QUADROS, Waldir. *Estratificação social no Brasil: o efeito demográfico*. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 150, nov. 2008.

SABOIA, João. *Salário Mínimo e Distribuição de Renda no Brasil no Período 1995/2005 – Fatos e Simulações*. II Seminário de Análise dos Resultados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios. CGEE/IPEA/ MEC/ MTE, Brasília, Março de 2007.

SCALON, Ceci e SALATA, Andre. *Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica*, *Sociedade e Estado*, vol. 27, no. 2, Maio-Agosto, 2012. Brasília.

SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolivar. *A Classe Média Brasileira. Ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília, DF: CNI, 2010.

Apêndice

Tipos de rendimentos e suas respectivas descrições na Pesquisa de Orçamentos Familiares

Categoria de rendimentos	Descrição
Rendimentos recebidos e deduções	rendimento mensal bruto deduzido de previdência pública, imposto de renda e outras deduções.
Outros rendimentos recebidos e deduções	Aposentadorias, pensões, suplementação de previdência privada, Bolsa Família, BPC, PETI, bolsa de estudo, pensão alimentícia, aluguel, auxílio transporte, etc.
Outros recebimentos, receitas, empréstimos e deduções	Décimo terceiro salário, férias, saque do PIS/PASEP, rendimento do PIS/PASEP, saque do FGTS, indenização trabalhista, participação nos lucros, etc.
Movimentação do ativo financeiro	Diferença entre aplicação e resgate de poupança, fundo de aplicação financeira, ações, ouro, moedas estrangeiras, etc.